

encontro

Incluir sem esquecer o mérito

A adoção de políticas de ação afirmativa foi um dos temas do 5o Seminário de Cultura e Extensão, que reuniu especialistas de diversas áreas e instituições para dois dias de debate sobre questões importantes da educação brasileira

PAULO HEBMÜLLER



A cultura e a extensão em debate: encontro discutiu as políticas afirmativas no ensino superior

Um dos maiores problemas do ensino superior brasileiro continua sendo o descompasso entre a realidade socioeconômica da população e a distribuição dos alunos nas universidades: a média nacional é de apenas 30% de estudantes matriculados na rede pública, enquanto 70% ficam nas instituições privadas. No Estado de São Paulo, a proporção é ainda pior: 10% estudam nas universidades públicas, contra 90% nas particulares. Aumentar as chances e oportunidades para que alunos oriundos da rede pública e das camadas mais pobres ingressem no ensino superior é um caminho inevitável para diminuir as desigualdades no Brasil – mas, para obter melhorias nesse campo, não se pode adotar uma solução única e padronizada. As experiências existentes em diversas universidades mostram que criar alternativas que levem em conta a realidade local e se baseiem em critérios claramente definidos e continuamente avaliados contribui para atenuar as distorções na seleção dos alunos.

A mesa-redonda que abriu o 5o Seminário de Cultura e Extensão, realizado nos dias 20 e 21 de outubro no Anfiteatro Camargo Guarnieri, na Cidade Universitária, discutiu exatamente as políticas afirmativas no ensino superior. O professor Mauro Mendes Braga, chefe de gabinete da Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), relatou a experiência da instituição, que aumentou o número de vagas nos cursos noturnos e criou um índice (FSE – Fator Socioeconômico) para aferir o perfil dos candidatos e dos aprovados, o que auxilia e orienta as decisões.

A UFMG ofereceu, neste ano, 240 vagas a mais em cursos noturnos em relação a 2003, 200 delas em Direito. “O universo dos estudantes é diferente. No noturno, 49% dos alunos trabalham durante o dia e aumentou em 18% o número de aprovados vindos da escola pública”, disse Braga. “Mas não há diferença no desempenho acadêmico nem no Provão. Ou seja, estamos formando à noite um profissional de tão boa qualidade como os do curso diurno.” Os maiores problemas para a ampliação das vagas noturnas são as dificuldades orçamentárias e a enorme resistência do corpo docente para

PROCURAR POR



NESTA EDIÇÃO

cultura

- ENCONTRO
Incluir sem esquecer o mérito
- ENCONTRO
A América Latina em foco
- RELIGIÃO
O sagrado em várias edições
- MÚSICA
Na vitrola de Mário de Andrade

universidade

- COMEMORAÇÃO
Em memória de Wataghin e Occhialini
- EDITORIA
Para ampliar debates e idéias

nacional

- ENSINO SUPERIOR
Reforma vai além da universidade

especial

- LANÇAMENTO
Postais para lembrar esse Brasil sem fim

pesquisa

- SAÚDE
O bê-á-bá da malformação
- COMPORTAMENTO
Ligado em tudo, sonhando acordado

vamos

- TEATRO
Acontecimento cênico
- MÚSICA
Uma semana de ensaios
- EXPOSIÇÃO
Revelando outras margens da imagem
- TELEVISÃO
- EVENTOS
- NOTAS
- CONCURSOS
- TEATRO
- EXPOSICOES
- MUSICA
- CINEMA

trabalhar nesse horário, revelou Braga.

Outra conclusão das análises da UFMG é que fazer cursinho – comunitário ou privado, com qualquer duração – influi decisivamente nas chances do candidato. Qualificar melhor os concorrentes para aumentar suas possibilidades no vestibular tem sido uma das opções da USP, que mantém programas para atualização e aperfeiçoamento de professores da rede pública estadual e de alguns municípios e também promove um curso pré-vestibular para cerca de 5 mil estudantes da zona leste de São Paulo. Esses e outros esforços pela inclusão, como a ampliação das vagas, a criação da USP Leste e o aumento na quantidade de isenções para inscrição nas provas – cerca de 60 mil neste ano –, foram apresentados na fala da professora Sonia Penin, pró-reitora de Graduação da USP.

Os debatedores concordaram que os programas de ação afirmativa não podem desconsiderar os critérios de mérito dos alunos ingressantes. Para Maria Helena Guimarães de Castro, secretária estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo, é preciso também oferecer assistência para que os estudantes se mantenham no curso e não o abandonem por falta de recursos para moradia, alimentação ou material didático.

Integração

Na mesa-redonda que debateu as políticas das agências de fomento para as ações culturais e de extensão universitária, Célio Roberto Turino de Miranda, secretário de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura (MinC), apresentou as novas iniciativas do governo federal para produção e difusão de material por centros comunitários e associações em todo o País. O Programa Cultura Viva oferece a tecnologia e os recursos para a criação de telecentros nessas unidades e a sua integração por meio do Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac). Na USP, o Parque de Ciência e Tecnologia (Cientec) e o Laboratório de Brinquedos da Faculdade de Educação já fazem parte do projeto.

Também participaram do debate o professor José Fernando Perez, que está deixando a direção científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), e o professor Alfredo Bosi, docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). Bosi lembrou que a extensão é uma espécie de “prima pobre” das atividades da universidade, que privilegia o ensino e a pesquisa, mas salientou que a própria FFLCH possui, neste semestre, cerca de 5 mil alunos matriculados em cursos de extensão abertos à comunidade, especialmente na área de línguas. O fato de esses cursos serem pagos, mesmo oferecidos dentro de uma universidade pública, causa “uma certa inquietação”, disse o acadêmico – preocupação manifestada também por José Marcelino de Rezende Pinto, que falou do campus da USP em Ribeirão Preto, onde é professor do Departamento de Psicologia e Educação.

A integração dos diversos campi, por sinal, foi um dos destaques do seminário. Enquanto os palestrantes falavam de São Paulo, debatedores e público acompanhavam tudo ao vivo, em telões instalados nos auditórios de Bauru, Piracicaba, Ribeirão Preto, São Carlos e Pirassununga, com imagem e som transmitidos pela Internet. Depois das falas no anfiteatro da capital, debatedores do interior apresentavam suas intervenções, também acompanhadas em São Paulo num telão. Perguntas aos participantes puderam ser enviadas por e-mail, já que a programação foi integralmente transmitida pela rede mundial de computadores. O seminário foi promovido pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, cujo pró-reitor,

Adilson Avansi de Abreu, participou da mesa de abertura, ao lado do reitor da USP, Adolpho José Melfi.

DIEGO MATTOSO, do USPOnline

Os desafios do ensino a distância

O ensino a distância (EAD) também foi discutido durante o 5o Seminário de Cultura e Extensão Universitária, numa mesa-redonda realizada no dia 20. Os participantes discutiram, entre outras questões, as formas de gerenciamento e investimento em EAD, a democratização do conhecimento e os entraves para esse tipo de ensino, com maior atenção para os conflitos entre os setores público e privado.

Crescentes no Brasil, as iniciativas em EAD são tidas como uma saída para a democratização do conhecimento. Mas os problemas não se resumem à necessidade de altos investimentos em recursos tecnológicos para a transmissão de conteúdos. "Pensar em EAD requer pensar na educação de forma geral. Esse tipo de ensino é uma forma de apoio ao ensino presencial", ponderou Heloisa Vieira da Rocha, coordenadora do Núcleo de Informática Aplicada à Educação da Unicamp.

Dessa questão, não foram excluídos os problemas estruturais da educação no País. "Não existe interesse do poder público em socializar a educação", afirmou Selma Dias Leite, secretária de EAD da Universidade Federal do Pará. Ela também preside o conselho deliberativo da UniRede, que reúne 81 instituições públicas de ensino de todo o País para a promoção do EAD. "Nosso projeto aumentaria em 140 mil as vagas de graduação, a partir do ensino público e gratuito a distância. Mas isso é considerado um risco para o sistema privado de educação. Enfrentamos problemas desde o governo anterior, quando havia grande apoio às instituições privadas", disse Selma.

Lisete Arelaro, professora da Faculdade de Educação da USP, falou no mesmo sentido. "É preciso saber se é uma disputa por democratização ou uma submissão do Estado ao setor privado. Devemos buscar a democratização com a garantia da qualidade, e ensino privado no Brasil não quer dizer qualidade. No País, o que importa é o diploma, pouco se atenta para o nível da educação. EAD deve ser uma estratégia a favor do povo brasileiro, e não um negócio."

Também participou do evento o professor Ademar Raimundo Teixeira, pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Ele apresentou as iniciativas da universidade no uso de tecnologia para a formação de professores no Estado, principalmente de ensino básico. "O Amazonas tem desafios particulares para a educação, como a dificuldade de locomoção dos professores e a falta deles. O EAD foi a solução que encontramos, e vem dando resultados positivos."

O seminário teve a coordenação de Carlos Alberto Barbosa Dantas, presidente do Grupo de Trabalho de Educação a Distância da USP. Após as considerações de cada membro da mesa, abriu-se espaço para perguntas dos espectadores. Professores dos campi de Bauru, Ribeirão Preto, Piracicaba e São Carlos também participaram da discussão, através de teleconferência.

O Jornal da USP é um órgão da Universidade de São Paulo, publicado pela Divisão de Mídias Impressas da Coordenadoria de Comunicação Social da USP.

[EXPEDIENTE] [EMAIL]

